

## Caderno de Encargos para "Aquisição de equipamento multifuncional de impressão e manutenção"

### Cláusula 1.ª

#### Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a "Aquisição de equipamento multifuncional de impressão e manutenção", em conformidade com as características e especificações técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

2 – A aquisição inclui tudo o que for necessário à fruição do equipamento, designadamente os consumíveis, mão-de-obra e deslocações para assistência técnica.

### Cláusula 2.ª

#### Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual af são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101º desse mesmo diploma legal.

### Cláusula 3.ª

#### Prazo

O contrato mantém-se em vigor por um período de 36 meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

### Cláusula 4.ª

#### Obrigações principais do prestador de serviços

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) A obrigação de executar os serviços objeto do presente procedimento tendo em conta a natureza e o fim a que se destinam;

b) A obrigação de entrega e respetiva instalação dos bens objeto do presente procedimento nos locais indicados pelo Município de Ponte da Barca, de acordo com as quantidades, características, especificações e requisitos técnicos e operacionais previstos no anexo A ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante;

c) A obrigação de garantia dos bens objeto do contrato;

d) A obrigação de garantia dos serviços identificados na sua proposta;

b) Garantir a manutenção e assistência técnica do equipamento durante o período de vigência do contrato de locação, em conformidade com o disposto na cláusula 9.<sup>a</sup>.

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e demais meios que sejam necessários e adequados à execução do serviço identificado na sua proposta, bem como ao estabelecimento do sistema de organização indispensável à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

1- O prestador de serviços obriga-se a entregar no Município de Ponte da Barca o equipamento em conformidade com as características e especificações técnicas constantes do Anexo A ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2 – Os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 – O prestador de serviços é responsável perante o Município de Ponte da Barca por qualquer defeito ou discrepância dos equipamentos objeto do contrato que existam no momento em que os mesmos lhes são entregues.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Entrega dos bens objeto do contrato**

1 – Os bens objeto do contrato deverão ser entregues e instalados nos locais indicados pelo Município de Ponte da Barca.

2 – O prestador de serviços obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens, todos os documentos, que sejam necessários para a sua boa e integral utilização daqueles.

3 – Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o prestador de serviços.

4 – Todas as despesas e custos inerentes ao transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e respetiva instalação são da responsabilidade do fornecedor.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Inspeção**

1 – Efetuada a entrega do equipamento, o Município de Ponte da Barca, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de cinco dias, à sua inspeção, com vista a verificar se corresponde e se reúne as características e especificações definidas no anexo A ao Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 – Durante a fase de inspeção a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1 – No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não se comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo A ao presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

2 – No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 – Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Garantia Técnica**

1 – Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o prestador de serviços garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 anos, a contar da data da entrega do equipamento, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as especificações e requisitos técnicos definidos no anexo A ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do equipamento.

2 – A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos, ou discrepantes;
- c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a sua devolução ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da entrega;
- g) A mão-de-obra.

3 – Num prazo razoável a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o prestador de serviços, para efeitos da respetiva reparação.

4 – A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que os mesmos se destinam.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**Preço Contratual**

- 1 – Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Ponte da Barca deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 – O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **13 550,00 Eur (treze mil quinhentos e cinquenta euros)**, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.
- 3 – Preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída ao Município de Ponte da Barca, nomeadamente os relativos à entrega do equipamento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 4 – Ao valor da proposta apresentada para a presente prestação de serviços, não será aplicada a redução remuneratória, visto tratar-se de um contrato misto, cujo tipo contratual preponderante não é o da prestação de serviços, sendo que esta é acessória ao da disponibilização dos bens, nos termos da Lei 84-B de 31 de dezembro, artigo 75º, nº 8, alínea a).

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**Condições de pagamento**

- 1 – As quantias devidas pelo Município de Ponte da Barca, nos termos das cláusulas anteriores devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Ponte da Barca das respetivas faturas, as quais deverão ser emitidas mensalmente.
- 2 – Em caso de discordância por parte do Município de Ponte da Barca, quanto aos valores indicados nas faturas deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 3 – Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**Resolução por parte do contraente público**

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Ponte da Barca pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente havendo atraso, total ou parcial, na entrega do equipamento objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
- 2 – Direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao locador e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Ponte da Barca.

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**  
**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**  
**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**  
**Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em Sábados, Domingos e feriados.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.



## Anexo A

Sem prejuízo das obrigações previstas na cláusula 4.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos, os objetos do contrato devem estar em conformidade com o presente anexo:

- 1 – A prestação de serviços terá a duração de 36 meses e deverá incluir:
  - 1 118 000 páginas a preto (33 000 páginas por mês) e 43 200 páginas a cores (1200 páginas por mês);
  - toda a manutenção dos equipamentos (mão de obra, deslocamentos, peças e consumíveis, exceto papel, acetatos e agrafes) existentes (RICOH Aficio MP C300 e RICOH Aficio MP C3002) e do novo equipamento a contratar;
  - assistência técnica deverá ser prestada no máximo à primeira hora do dia útil seguinte à comunicação da situação;
- 2 – O bem a incluir na proposta é o seguinte equipamento ou equivalente:
  - modelo CANON iR 1730i, com cassete, móvel e integração com o software Equitrac Office.
- 3 - O prestador de serviços terá que garantir, sem custos para o adjudicante, todas as atualizações de controladores e software necessários para o funcionamento de toda a solução em eventuais sistemas operativos ou plataformas que o Município possa adotar durante o período de vigência do contrato:
- 4 - Deverá obrigatoriamente ser apresentado o custo unitário por páginas extra, a preto e a cores, devendo o preço base ser o seguinte:
  - Cópia/impressão a preto: 0,0065€;
  - Cópia/impressão a cores: 0,055€.
- 5 - O cálculo dos volumes de impressão, deverão ser indexados trimestralmente.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA

Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação

## CONVITE

**Assunto:** Convite para apresentação de Proposta no âmbito do procedimento de Ajuste Direto para “Aquisição de equipamento multifuncional de impressão e manutenção”

A Câmara Municipal de Ponte da Barca convida V. Exas. a apresentar proposta no âmbito do ajuste direto, ao abrigo do disposto nos arts.16º, 1,a) e 112º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, para “Aquisição de equipamento multifuncional de impressão e manutenção”

### I – Objecto do Contrato

O presente procedimento tem por objeto “Aquisição de equipamento multifuncional de impressão e manutenção”.

### II – Entidade Adjudicante

Câmara Municipal de Ponte de Ponte da Barca, com sede no Largo Doutor António José Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca, NIPC: 505 676 770, telefone 258 480 180 e fax 258 480 189, correio eletrónico: [geral@cmpb.pt](mailto:geral@cmpb.pt).

### III – Órgão que tomou a decisão de contratar

O início do procedimento foi autorizado por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca.

### IV – Disponibilização e acesso ao procedimento

1. O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública [vortalGOV](http://www.vortalgov.pt) com o seguinte endereço eletrónico: <http://www.vortalgov.pt>, disponibilizada pela empresa *Vortal – Comércio, Consultoria e Multimédia, SA*.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento bem como apresentar a proposta. Para ter acesso à plataforma da Vortal, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.vortalgov.pt>, selecionar “Fornecedores do Estado – ACESSO Universal” e posteriormente carregar no “Aderir já”.
3. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a *Vortal*. Verifique mais informações detalhadas sobre os *Fornecedores do Estado – ACESSO UNIVERSAL* em <http://www.vortalgov.pt>, ou contacte o Serviço de Gestão de Clientes da empresa *Vortal,SA* através do número 707 20 27 12.
4. Não é necessário o interessado efetuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador de alguma plataforma eletrónica da *Vortal* como por exemplo <http://www.econstroi.com>.

## V – Prazo e entrega da proposta eletrónica

1. A data de limite de entrega das propostas é até às 12h00m do dia 27 de julho de 2015, serão abertas no dia útil seguinte, pelas 10 horas.
2. A apresentação da proposta e dos documentos que acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nos pontos seguintes.
3. A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma eletrónica de contratação pública *vortalGOV*, onde deverá incluir nas áreas “1 – Visualizar pedido”, “2 – Formulário de Respostas” e “3 – Criar propostas”, as seguintes informações, sem prejuízo de outras que o concorrente entenda conveniente:

### Área : 1 – Visualizar pedido

- Ref. da Proposta  
Campo a preencher pelo concorrente, indicando a referência do concorrente dada à proposta.
- Prazo de entrega/execução  
Campo a preencher pelo concorrente.

### Área : 2 – Formulário de Respostas

- Responder às questões indicadas, conforme solicitado.
- As questões indicadas com (\*) são de resposta obrigatória.

De acordo com o n.º 1 do artigo 13º do DL n.º 143 – A/2008, é disponibilizado para preenchimento o formulário com os dados relativos à proposta.

### Área : 3 – Criar proposta

- ◆ Tab. Int.
  - Coluna a ser preenchida com os valores a apresentar pelo concorrente, tendo atenção às unidades referenciadas nas colunas “ Designação” e “ unid.”
  - Preencher, para cada uma das posições colocada com o preço unitário, expresso em euros, sem iva.
  - Os preços, que não deverão ter mais de seis casas decimais, indicados pelos concorrentes incluem obrigatoriamente todas as despesas com a logística da entrega dos respetivos produtos nos locais e horários mencionados pelos destinatários.
- ◆ Documentos da Proposta : “ Outros Documentos”
  1. Associar a “ Outros Documentos” os documentos solicitados no ponto 8 do presente convite.
  2. Pode nesta localização o concorrente associar outras informações que entenda convenientes.
  3. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que associarem à proposta.

## VI. Dúvidas e esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, através da plataforma eletrónica *vortalGOV* na ferramenta Mensagens/Comunicações.



2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica *vortaGov* na ferramenta Mensagens/Comunicações, nos termos estipulados no artigo 116º do decreto – lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

## VII. Documentos da Proposta

1. As propostas são constituídas pelos seguintes elementos:
  - a) De acordo com a alínea a) do n.º 1, do Artigo 57º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do referido Código, e que se anexa ao presente convite.
  - b) Os documentos, em papel timbrado ou papel com carimbo do concorrente que indiquem, a quantidade, o preço unitário (não incluindo imposto sobre o valor acrescentado) o preço total (não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado) de cada artigo e descrição do objeto dos mesmos. Em caso de discrepância entre o valor unitário e o valor total será considerado o valor unitário.
  - c) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.
2. Todos os documentos que constituem a propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
3. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas e que considere necessários para efeito e análise da avaliação das mesmas.
4. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
5. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias (úteis) após prazo fixado para a apresentador das propostas.

## VIII. Documentos de habilitação

O adjudicatário, após decisão da adjudicação, deverá apresentar:

1. Declaração conforme modelo constante do anexo II do referido Código, e que se anexa ao presente convite.
2. Documentos comprovativos das seguintes situações:
  - a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o estabelecimento principal;
  - b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Certificado Registo Criminal que comprova que o adjudicatário não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenha sido condenado pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
    - i. Participarem em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;



- ii. Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii. Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos interesses Financeiros da Comunidades Europeias;
  - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à a prevenção da utilização do sistema financeiro para efeito de branqueamento de capitais.
3. Fotocópia do cartão de pessoa coletiva;
  4. Fotocópia do número de identificação fiscal e do número de contribuinte das pessoas que outorgam o contrato;
  5. Certidão comprovativa da matrícula da firma na Conservatória Registo Comercial, com a indicação do número, livro, folhas e respetivo capital social;
  6. Identificação (s) pessoa(s) com poderes para outorga(m) o contrato(nome completo, estado civil, freguesia e concelho da naturalidade residência, número(s) d o(s) bilhete(s) de identidade(s), respetiva(s) data(s) de emissão e serviço que o(s) emitiu.

#### **IX . O valor base do procedimento**

O valor base do procedimento é de **13 550,00 Euros (treze mil quinhentos e cinquenta euros)**, ao qual acresce o IVA à taxa em vigor.

#### **X . Critério de Adjudicação**

A adjudicação será efetuada segundo o critério do mais baixo preço, de acordo com a alínea b),n.º1, artigo 74º do Código dos Contratos Públicos.

#### **XI . Negociação**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

#### **XII . Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação, pelos concorrentes, de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º, do Código dos Contratos Públicos.

#### **XIII . Prazo de validade das propostas**

A proposta considerar-se-à válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 dias úteis, contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

#### **XIV . Análise e exclusão das propostas**

1. Após análise das propostas, o Júri do Procedimento elabora relatório fundamentado, nos termos do artigo 122º do Código dos Contratos Públicos.
2. São considerados inaceitáveis as propostas que:
  - a) Impliquem um preço contratual superior ao preço base afixado. Por preço contratual superior entende-se o preço da proposta apresentada.
  - b) Impliquem um preço anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no artigo 71º do Código dos Contratos Públicos. Por preço anormalmente baixo entende-se o preço contratual que for inferior em 50% (cinquenta por cento) ou mais em relação ao preço base fixado.
  - c) Existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

- d) Não estejam assinadas eletronicamente pelo responsável ou seu representante, com certificado digital qualificado, ou cartão de cidadão.

### **XV – Audiência Prévia**

1. Após análise das propostas, os concorrentes são notificados do respetivo Relatório Preliminar elaborado conforme estabelecido no ponto 15.1 desde convite, para efeitos de audiência prévia, a realizar num prazo de 5 (cinco) dias úteis.
2. Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração da ordenação classificativa das propostas, ou a exclusão de propostas não prevista no Relatório Preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia, antes da emissão do Relatório Final de análise das propostas.

### **XVI . Esclarecimentos sobre as propostas**

O Júri do procedimento, poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, nos termos do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

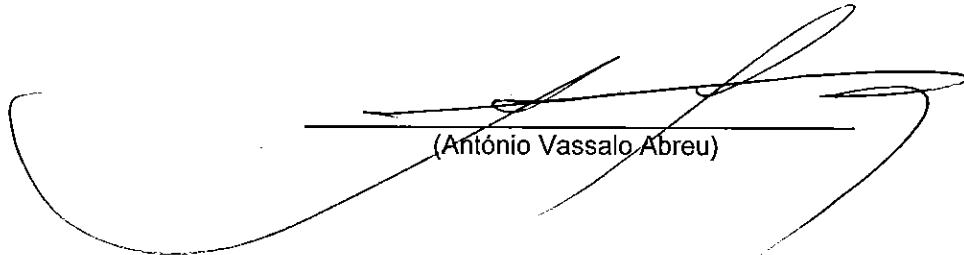
### **XVII . Legislação Aplicável**

Em todo o omissis na presente carta convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro.

Com os Melhores Cumprimentos,

Ponte da Barca, 23 de julho de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca,



(António Vassalo Abreu)

## ANEXO I

### **Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]**

1 — ... (Nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



..... (Local), ... (data), ...

[assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º *(A declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes).*

## ANEXO II

### Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ...  
[assinatura (11)].



- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º *(A declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes).*